

Revolução burguesa, sociedade de classes e capitalismo dependente: a atualidade das idéias de Florestan Fernandes

Daniel Arias Vazquez
Graduado em Administração Pública – Unesp
Mestre em Economia Social e do Trabalho - IE/Unicamp
Doutorando em Desenvolvimento Econômico - IE/Unicamp
Giuliano Contento de Oliveira
Graduado e Mestre em Economia - PUC/SP
Doutorando em Economia - IE/Unicamp

1 Introdução

Fundador da denominada “sociologia crítica” no país, que busca questionar a realidade social e o pensamento estabelecido especialmente a partir do desenvolvimento e da adaptação à realidade nacional do conteúdo crítico da sociologia clássica e moderna, Florestan Fernandes¹ (1920-1995) inaugura uma nova época na história sociológica nacional e constrói uma nova interpretação do Brasil, pautada no entendimento da formação, do desenvolvimento, das lutas e das perspectivas do povo brasileiro². Intentando com isto não apenas o entendimento da realidade social do país, a partir de um processo de reconstrução histórica, social e econômica de seu povo, mas também discernir sobre as condições e possibilidades das transformações sociais no Brasil, de modo a superar os constrangimentos sócio-econômicos impostos pelos resquícios ainda presentes da ordem social senhorial e escravista não completamente superados pela ordem social competitiva, Florestan Fernandes se afigura enquanto um dos principais ícones da sociologia brasileira e latino-americana (IANNI, 1996).

Nesta perspectiva, o artigo tem por objetivo discutir a atualidade do pensamento de Florestan Fernandes à luz da essência de três obras do autor, a saber: *Revolução burguesa no Brasil* (1975); *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968); e *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973). Foram utilizadas, ainda, referências de suporte para o entendimento das referidas obras.

Para fins analíticos e de espaço, optou-se por dedicar um item específico para o tratamento da revolução burguesa no Brasil e um outro item para a discussão dos três temas subseqüentes, todos passíveis de articulação, além desta introdução e da conclusão.

2 Revolução burguesa no Brasil³

¹ Para uma breve bibliografia do autor, ver Martins (1996).

² Em poucas palavras, Florestan contribui decisivamente para atribuir rigor metodológico e, portanto, científico, aos estudos dos temas sociais no país.

³ Florestan (1975) analisa a formação da burguesia no Brasil a partir de uma perspectiva histórico-sociológica, desde a independência até o golpe militar de 1964. Sobre a metodologia de Florestan (1975), ver Almeida (2005).

A denominada revolução burguesa no Brasil ocorreu sob condições históricas, políticas, institucionais e sociais diferentes das observadas pela sua congênere no mundo desenvolvido. A adaptação deste fenômeno originalmente europeu à realidade brasileira se torna possível porque a despeito de não ter havido no Brasil todo o passado europeu, reproduziu-se aqui de forma peculiar o seu então passado recente. Entendida enquanto a forma pela qual se processou a absorção da organização econômica, social e cultural sob moldes capitalistas, pode-se pensar em Revolução Burguesa no Brasil. De acordo com Fernandes (1975, p.20-21):

[...] ao se apelar para a noção de ‘Revolução Burguesa’, não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado dos povos europeus. Indaga-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam como e porque se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se originou a modernização como processo social.

A constituição do Estado Nacional é de extrema importância, pois doravante se começa a dar curso à supressão do tradicionalismo associado à dominação patrimonialista e à degradação da ordem econômica, social e política do sistema colonial. Os “senhores rurais” são progressivamente “aburguesados” quando do contato com as cidades, “[...] *desempenhando uma função análoga a de certos segmentos da nobreza européia na expansão do capitalismo.*”, segundo Fernandes (1975). Ademais, nas cidades passam a surgir estratos não comprometidos com a ordem tradicionalista ditada pela “aristocracia agrária”, como os negociantes, funcionários públicos, banqueiros e industriais nascentes, que dão impulso à instauração do capitalismo no país, movimento que se opõe ao que havia de arcaico e colonial na ordem social patrimonialista (FERNANDES, 1975).

De acordo com o autor, a análise da revolução burguesa no Brasil envolve o estudo de quatro fatores histórico-sociais, que em última análise concorreram para a constituição e a consolidação de uma situação de mercado em escala nacional, a saber: 1) Independência, analisada à luz de suas implicações sócio-econômicas seculares; 2) “fazendeiro do café” e o “imigrante”, dois personagens centrais das grandes mudanças do cenário econômico, social e político do país; 3) mudança de padrão da relação entre capital internacional e a organização da economia interna; e 4) expansão e universalização da chamada ordem social competitiva (FERNANDES, 1975).

Com a Independência, viabiliza-se a formação da sociedade nacional, com o poder deixando de ser instaurado de fora, para ser organizado a partir de dentro⁴. Mas a despeito de seu caráter revolucionário, a Independência carregava um caráter conservador, traduzido sob a forma de manutenção da ordem social anterior. Neste contexto, afirma Fernandes (1975, p.33), “*O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional.*”

⁴ Interessante notar que todo o desenrolar do processo decorre sob influência do liberalismo, que desempenha um duplo e contraditório papel, pois se por um lado forneceu categorias de pensamento e de ação para se oporem ao sistema colonial e embasamento para estruturar um tipo de organização do poder em termos da sociedade como um todo; por outro representou a nova via de dependência externa da economia nacional (econômica), desvendando a autonomia não de um Povo, mas apenas de uma parte dele, que passa a controlar o destino da coletividade..

A constituição de um Estado Nacional independente se colocava enquanto instrumento para que as elites pudessem gozar de plena realização da lógica dos estamentos senhoriais, que sob o sistema anterior (colonial) não podiam ser realizados social e economicamente em termos de estamentos dominantes. Logo, a implantação de um Estado Nacional cumpria a função de estender o patrimonialismo ao nível doméstico para a comunidade estamental da sociedade global e do comportamento político, convertendo-o em dominação estamental efetiva e, ao cabo, oferecendo aos estamentos senhoriais a chance *“histórica para o privilegiamento político do prestígio social exclusivo que eles desfrutavam, material e moralmente, na estratificação da sociedade.”*⁵

Internalização dos centros de poder, mas nas mãos de uma pequena parcela do povo, donde ao Estado nacional cumpriria operar enquanto vetor de solidariedade de sorte a viabilizar a supressão da organização interna do domínio dos senhores, antes desempenhado pela Coroa. A extensão da dominação do plano do domínio para o da coletividade, operada a partir da burocratização da dominação estamental, exigia a existência de um Estado Nacional Independente. No entanto, ao mesclar a esfera do domínio com a da Nação, diz Fernandes (1975, p.58):

“[...] a criação de um Estado nacional independente não significou, apenas, o advento de uma ordem legal que permitia adotar uma rede de instituições mais ‘moderna’ e ‘eficaz’. Ela também representou a conquista de uma escala mínima de regularidade, de segurança e de autonomia na maneira de pensar o presente ou o futuro em termos coletivos.”

Esta condição permitiu, mesmo que lenta e relativamente, que a situação nacional adquirisse um significado político que transcendia ao privatismo e ao particularismo típico da dominação patrimonialista.

No plano econômico, por seu turno, a implantação do Estado nacional independente, embora não tenha reorientado num primeiro momento a organização das relações de produção, permitiu a dinamização das potencialidades econômicas da grande lavoura, antes tolhidas por mecanismos dirigidos pela Metrópole, rapidamente absorvidas pelo meio sócio-econômico. Os efeitos dinamizadores se fizeram sentir notadamente sobre o processo de urbanização então em curso, que se dava sob forte impulso da vasta rede de serviços requerida para a operacionalização do Estado nacional. Importa destacar, essencialmente, que não obstante os efeitos limitativos impostos pelas estruturas econômicas coloniais, nos termos de Fernandes (1975, p.62), *“[...] os mecanismos centrais da vida econômica passaram a gravitar em torno de interesses individuais ou coletivos internos e a se organizarem a partir deles.”*

O fluxo de renda, antes orientado para fora, passa a gravitar em âmbito interno. Se por um lado pouco mudou a condição de dependência externa mesmo após o rompimento com a condição legal de Colônia, por outro, a extinção do estatuto Colonial e a Independência permitiram que o excedente econômico, obtido essencialmente com as atividades exportadoras, passasse a ser gerido livremente. Não obstante, os efeitos histórico-social dinamizadores deste processo foram solapados pela lógica da grande lavoura, centralizada no trabalho escravo e na dominação patrimonialista,

ainda que não tenha tolhido a reorganização do fluxo de renda, a diferenciação do sistema econômico e o processo de urbanização (FERNANDES, 1975).

A reorganização do fluxo de renda, não obstante, constitui acontecimento de grande relevo, pois forçou a diferenciação dos papéis econômicos⁵ e contribuiu para modificar a composição do sistema econômico. Foram três os efeitos acarretados por este processo: a) contribuiu para a liberação e dinamização de comportamento econômico puramente capitalista; b) colocou sob novas bases a organização interna de uma economia de mercado (exigências dos consumidores e especialização econômica); e c) suscitou a recalibração econômica do comércio, que passa a constituir o segundo pólo dinâmico das atividades econômicas (FERNANDES, 1975).

Este processo institui competição nas relações econômicas dos senhores rurais, seja entre si, seja com outros atores, embora sem romper com a tradição tradicionalista de ver na agricultura a “verdadeira fonte de riqueza” e o único setor capaz de garantir o futuro da Nação. O Estado se apresenta enquanto garantidor da dominação política dos estamentos senhoriais. O seu surgimento, no entanto, revela novas conexões funcionais com a organização econômica, orientando-se a proteger e a fortalecer a iniciativa privada, bem como assumindo encargos que buscavam garantir a continuidade da mão de obra escrava e a criação de serviços públicos.

Mas a despeito de ter cumprido um papel construtivo, especificamente quanto ao processo de internalização dos centros de poder, a dominação estamental acabou moldando um Estado “anti-social”, um instrumento de dominação ao nível político com fundamentos liberais formais. Este Estado misto é fruto de um impasse histórico que se colocou ao processo de afirmação autônoma das elites no Brasil, que ao mesmo tempo que exigia o rompimento com a condição de colônia, não permitia a gestão democratizada do poder. De acordo com Fernandes (1975, p.68):

Se as camadas senhoriais não se apoiassem em ajustamentos políticos altamente egoísticos e autoritários, correriam o risco de uma regressão econômica, da perda de controle do poder e da inviabilidade do Estado nacional. Se elas não aceitassem certas condições ideais de modelo absorvido de organização do Estado nacional, este não abriria perspectivas à formação e ao fortalecimento progressivos do substrato material e moral de uma sociedade nacional, ou seja, estaria condenado como realidade histórica... Assim, a impossibilidade de romper frontalmente com o passado e de optar claramente por um certo futuro é que impôs o Estado-amálgama. Por ser um amálgama, ele preencheu as funções mutuamente exclusivas e inconsistentes a que deveria fazer face, estendendo a organização política e a ordem legal através e além do vazio histórico deixado pela economia colonial, pelo mandonismo e pela anomia social. À medida que se realizou, nesta direção, foi criando condições políticas ou culturais para a depuração paulatina dos ingredientes inconsistentes e conflitantes entre si.

O privilegiamento em escala nacional, subproduto do monopólio do poder político pelos estamentos senhoriais, atuava na direção de preservar e fortalecer as estruturas sócio-econômicas sob as quais repousavam o prestígio social exclusivo desta classe. Não obstante, a Independência e a implantação de um Estado nacional independente gerariam as bases para a formação do chamado

⁵ Fernandes (1975, p.57).

⁶ Decorrente da internalização das fases de comercialização do produto, que induzia as elites a cumprir novos papéis sociais e políticos que, por seu turno, facilitavam-nas o acesso a papéis econômicos em núcleos urbanos.

“Brasil moderno”, ainda marcada por contrastes sociais e econômicos drásticos. A acumulação estamental lança as bases para o desenvolvimento interno do capitalismo, embora não concorra para suprimir, ao menos por completo, processos pré-capitalistas de acumulação de capital, condição que irá se fazer sentir sob a forma de dualidade estrutural do “Brasil moderno” (FERNANDES, 1975).

A Nação independente viabilizou, no entanto, o substrato moral e o dinamismo econômico básico para que se pudesse dar curso ao processo de assimilação dos modelos de organização econômica predominantes nas economias centrais, constituindo ponto de partida para a independência econômica .

Duas ordens de fatores fundamentais atuaram no sentido de desencadear a Revolução Burguesa no Brasil, a saber: a) o comportamento das economias centrais; e b) o aparecimento e a atuação de dois agentes humanos que se caracterizaram enquanto atores e defensores do desencadeamento da ruptura com a ordem pregressa.

Diante da implementação de um Estado independente, as economias centrais logo se empenharam em estabelecer formas alternativas de apropriação do excedente econômico gerado internamente, modificando-se apenas a qualidade da dependência externa, com o “colonialismo” cedendo lugar ao “neocolonialismo”. A nova configuração da relação de dependência requereu, no entanto, um grau de modernização do país, mas sob os quadros de um Estado controlado, política e administrativamente, por elites locais, de modo a conformar uma representação capaz de atribuir legitimidade à condição de dependência (FERNANDES, 1975).

De início, operou-se o processo a partir da transferência de firmas ou filiais, em pequena escala, a partir da qual se processava a transferência de tecnologia, de capitais, de agentes econômicos, cujas atividades eram organizadas institucionalmente. Instituíam-se, assim, novos nexos de dependência econômica em relação ao exterior, mas que agora se vinculavam a mecanismos reais e efetivos de mudança econômica.

Mas, por outro lado, este processo produziu dois efeitos sócio-econômicos construtivos, a saber: 1) fez com que os níveis de produção e de exportação da grande lavoura fossem dinamizados, aumentando o excedente econômico gerado, parte do qual era revertido sob a forma de consumo e aplicado produtivamente no meio urbano então nascente, ambos fatores dinamizadores do crescimento econômico interno; e 2) introduziu padrões capitalistas na esfera das relações comerciais que atuou no sentido de reconfigurar o comportamento dos agentes envolvidos sob moldes capitalistas.

Dois personagens atribuem dinâmica aos modos capitalistas de comportamento econômico, incentivando o processo de internalização da ordem social competitiva e, conseqüentemente, contribuem decisivamente sobre a formação e o desenvolvimento do capitalismo no país. Foram eles o “fazendeiro do café”, que se transforma em “homem de negócios” nesta nova conjuntura e dissociava a fazenda e a riqueza do status senhorial, e o imigrante, que traz e propaga a

racionalidade econômica que irá basear o comportamento dos agentes, mesmo que adaptado ao contexto brasileiro (racionalidade adaptativa). Esses dois agentes humanos, associados a vários outros vetores de influência, deram curso à Revolução Burguesa no Brasil, pois representaram uma ruptura com o passado da era colonial e atuaram na direção de lançar o país na modernidade.

O “fazendeiro de café” era uma variante do antigo senhor rural. Diante da pressão do mercado externo sobre os custos sociais da grande lavoura, o senhor rural é estimulado a operar com a riqueza fora dos limites estritos da lavoura e forçado a se adaptar às funções de grande proprietário sob condições puramente econômicas. Diante do fortalecimento da ordem social competitiva, o fazendeiro evolui para novas adaptações econômicas, descolando-se da forma estamental de acumulação de capital (FERNANDES, 1975).

Deve-se ressaltar, no entanto, que com este descolamento, que mais à frente culminou na transformação do senhor agrário em cidadão da República, os então novos fazendeiros buscavam perpetuar o monopólio do poder, o controle do Governo e a liderança da economia nas mãos dos grandes proprietários. Neste intento, porém, acabaram desempenhando funções construtivas para atribuir sustentação à ordem social competitiva⁷. O “senhor agrário”, por seu turno, que não se adaptava à nova posição no intento de preservar o status e se furtar à nova ordem que se impunha, via-se cada vez mais fadado ao fracasso. De acordo com Fernandes (1975, p.107), *“O senhor de escravo, por sua vontade e por suas mãos, escravizava-se ao escravo e à ordem social que se fundara na escravidão, condenando-se a desaparecer quando esta fosse extinta.”*

Para o “fazendeiro homem de negócios”, que se adapta às novas condições, a fazenda era vista como fonte de riqueza, não de *status*, operando então transformações técnicas e organizacionais (trabalho livre) e delegando funções relacionadas à gestão da fazenda a diferentes assalariados, vetores que potencializavam a geração de excedente econômico e ampliava o campo de atuação de fazendeiro, que transcendia os limites da fazenda e contribuía para a expansão urbana. Nos termos de Fernandes (1975, p.115), realizou-se *“[...] assim, a potenciação-limite das probabilidades de dinamização das funções econômicas da grande lavoura numa sociedade nacional, situando-as no contexto das múltiplas oportunidades (e, logo, de ‘escolha racional’) oferecidas pela ordem social competitiva.”*

Neste sentido que o “fazendeiro homem de negócios” representou o principal agente humano nativo da Revolução Burguesa no Brasil, moldando inclusive a política econômica para benefício próprio, consubstanciada na ‘defesa permanente do café’ e, ao mesmo tempo, resguardou o seu próprio setor de interesse, o agrário.

Já o imigrante, projetado no cenário histórico brasileiro enquanto conseqüência da inclusão da economia brasileira ao mercado mundial, cumpriu um papel determinante no processo de inserção de novos padrões e estilos de vida na sociedade brasileira, contribuindo decisivamente para a

⁷ Grosso modo, a competição enquanto norteadora da vida em sociedade.

consolidação interna da economia de mercado em expansão. Seu intento de fazer “fortuna” representava uma ruptura com a ordem social senhorial e escravocrata. Outro vetor que atuava na mesma direção era a utilização do trabalho próprio, não do alheio, enquanto fonte de sobrevivência e eventual enriquecimento, condição que abria ao imigrante a possibilidade de mobilidade econômica vertical e horizontal.

Fazendo uso de um tipo de racionalidade adaptativa, o imigrante foi de forma versátil galgando novos postos, passando pelo comércio, firmas de produção de bens de consumo... até chegar aos chamados impérios industriais. O excedente gerado, ao invés de ser utilizado enquanto instrumento de status, ao menos enquanto não fossem acometidos, ao menos parcialmente, pelos símbolos da ordem senhorial e adotá-los à medida do possível, eram reinvertidos de modo a obter mais dinheiro. Não obstante, embora esta lógica tenha contribuído para a dinamização do capitalismo no país, contraditoriamente embutiu uma espécie de “curto-prazismo” no campo de visão deste agente, condição que desestimulou a participação e a construção de projetos econômicos de longa duração, os quais atribuiriam maior dinâmica ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil (FERNANDES, 1975, p.138-39).

Tal condição o tornava vulnerável a certas prerrogativas de convívio social determinadas pela ordem social anterior, à medida que transferia critérios estamentais de concentração social da renda para processos econômicos de acumulação e valorização do capital, condição favorecida inclusive pela pequena dimensão do mercado interno, que imprimia a necessidade de ampliar as margens de lucro praticadas nas atividades econômicas que desempenhavam. Com isso, a acumulação capitalista era crescentemente convertida em privilégio social, separando este processo do querer coletivo, não projetando seus interesses na esfera política, logo, resguardando-os apenas e tão somente para si e prejudicando o funcionamento e o desenvolvimento da ordem social competitiva. Tal comportamento apenas reprisava, sob novo estilo, o passado do senhor agrário comercial.

Não obstante, Fernandes (1975) atribui destaque às funções construtivas desempenhadas por este agente humano no processo de internalização do capitalismo no Brasil, sintetizadas pelo autor (1975, p.141-42) do seguinte modo:

O imigrante introduziu no Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir em que o ‘cálculo econômico’ e a ‘mentalidade racional com relação a fins’ acabaram alcançando, pela primeira vez em nosso País, a consistência estrutural e funcional requerida pelo padrão capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade.

[...] No conjunto, pois, o imigrante realizava, na esfera econômica da cultura, a passagem da ‘ordem tradicional’ para a ‘ordem capitalista’ [...]

Após discutir o processo de formação do denominado “Brasil moderno”, Fernandes (1975) passa à investigação da formação da ordem social competitiva em países que tiveram passado colonial, como o Brasil. Cumpre destacar que a ordem social competitiva corresponde à elevação da concorrência enquanto fator estrutural e dinâmico básico das ações humanas e na calibração das relações sociais, que passa a constituir o *locus* da ação humana em sociedade, contrapondo-se à ordem escravocrata e senhorial, pautada pelo mandonismo e pelo exercício do poder e do privilégio

econômico, social e político, a partir de bases hierárquicas. Decorre, pois, que que nas sociedades dependentes o capitalismo é introduzindo antes da plena constituição da ordem social competitiva (FERNANDES, 1975, p.150).

Nestas condições, a ordem social anterior acaba dando um formato peculiar ao capitalismo, atuando no sentido de selecionar os efeitos positivos deste modo de produção e reprimir a dinâmica do comportamento econômico interno, obstaculizando a expansão do capitalismo no Brasil e atribuindo-lhe contornos específicos, a despeito de exercer o papel construtivo de preservar o controle do poder em âmbito interno. Isto porque a emancipação nacional ficou restrita à revolução política, não constituindo uma revolução econômica e social. Nestas condições, a persistência dos fundamentos da dominação patrimonialista implicou a diluição dos elementos competitivos, continuando o equilíbrio social a ser pautado de forma prevalente pela cooperação e pelas formas autocráticas de solidariedade (FERNANDES, 1975).

Mas mesmo não rompendo com o círculo poderoso advindo do passado, o processo de urbanização, associado à possibilidade de mobilidade social, contrapesava os efeitos repressores da ordem anterior impostas à ordem emergente, permitindo a pessoas de ‘extração social inferior’, para as quais o privilégio não constituía um valor, alcançar escalões superiores. Mas, de acordo com o autor, embora os estratos sociais intermediários tenham desempenhado esse papel construtivo, cuja culminância se deu com a queda da Monarquia e a implantação da República, tais agentes, agora como classe média emergente, *“continuaram a apegar-se [...] à modernização e à democratização como meros expedientes de privilegiamento de seus interesses e do seu destino social [...] Ficaram entregues a uma obscura missão histórica, de fiadores da perpetuação crônica do ‘poder conservador’ e dos privilégios estamentais mais odiosos [...]”*⁸

Neste contexto, a nova ordem social competitiva era introduzida a partir de brechas encontradas na ordem social anterior, ganhando fôlego suplementar quando da Abolição, que implicou a desagregação do regime senhorial no Brasil. De qualquer modo, mostra-se imperativo salientar que a ordem social competitiva fora deformada pela ordem anterior, pois a competição se vinculou com valores e processos que concorreram para a manutenção do ‘passado no presente’, fortalecendo aspectos arcaicos ao invés de aniquilá-los. Essa simbiose entre valores e interesses tradicionais-conservadores (particularistas e elitistas) e aqueles lançados pela ordem social competitiva fez com que o capitalismo ficasse amarrado a um passado atrasado, particularista e autocrático, estabelecendo o contorno híbrido da economia brasileira, marcada pela coexistência do arcaico com o moderno⁹. De modo que, de acordo com Fernandes (1975, p.168):

[...] a ordem social competitiva resultante é pouco agressiva na quebra das barreiras à expansão do regime de classes e muito moderada na irradiação e imposição dos novos

⁸ Fernandes (1975, p.161).

⁹ Não obstante o fato de, num primeiro momento, a ordem social competitiva ter acelerado a desarticulação da sociedade de castas e estamentos.

padrões de relações de classe, como se temesse a “racionalidade burguesa” e devesse acolher para sempre os critérios anticompetitivos do velho mundo senhorial.

Finalmente, Florestan (1975) adentra à discussão da Revolução Burguesa e capitalismo dependente, terceira e última parte de sua obra¹⁰. Passa-se a discutir como se procede a acumulação capitalista dependente e o caráter específico de sua realização. Para o autor, a Revolução Burguesa, entendida enquanto um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas, apenas se realiza quando do auge de sua evolução industrial. Mostra que a burguesia, colocada diante das tarefas típicas de sua congênere européia, notadamente no que tange ao compromisso com a industrialização, não teve condições de as cumprir de forma autônoma. Donde a aliança com as classes dominantes retrógradas se mostrou funcional às suas intenções de classe, vez que assomado ao suporte do Estado, permitiu realizar a industrialização e manter a estrutura de privilégios da qual desfrutava. Mostrou-se incapaz, assim, de se libertar da oligarquia e de implementar a social-democracia no país (FERNANDES, 1975; ARRUDA, 1996).

Nesse contexto, o processo de industrialização é operado sem o rompimento com a condição de subdesenvolvimento e com a dominação imperialista externa. A articulação com o setor externo, mais a aliança com as forças políticas retrógradas, atinge seu ponto máximo em 1964, quando se passa a fazer uso de um “modelo autocrático burguês”, uma ditadura burguesa revelada e altamente opressora. Contraditoriamente, no entanto, a aliança com o capital estrangeiro, notadamente sob a égide do capitalismo monopolista, atua no sentido de emperrar o desenvolvimento capitalista no país, pois impõe a coexistência do moderno e do atrasado num mesmo espaço. Perpetua-se, pois, a posição subalterna da economia nacional e aprofunda o seu grau de satelização, que paradoxalmente dilui o poder das próprias elites nativas (FLORESTAN, 1975; ARRUDA, 1996).

De acordo com o autor, a Revolução Burguesa no Brasil apresenta um alto grau de singularidade, pois a despeito de envolver agentes modernizadores, o seu raio de ação se limita a certas esferas da vida social, mostrando-se incapaz de contemplar o conjunto da sociedade. Embora acompanhe e ocorra em compasso com a formação da sociedade de classes, ela acaba eliminando os componentes políticos e socioculturais observados no modelo original, cuja resultante é a feição autocrática e autoritária da dominação burguesa no Brasil, que atua no sentido de distanciá-la ainda mais de sua congênere européia (FLORESTAN, 1975; ARRUDA, 1996).

3 Sociedade de classes e capitalismo dependente¹¹

As classes sociais¹² no Brasil são estruturadas sob um contexto absolutamente peculiar, vez que sob uma realidade jurídica, social e institucional imposta pela condição de dependência

¹⁰ Sobre a contribuição de Florestan ao pensamento marxista brasileiro, ver Almeida (2005).

¹¹ Item baseado fundamentalmente em Fernandes (1968; 1972).

¹² As classes sociais são definidas através de uma estratificação específica determinada por uma regulação econômica – neste caso, o modo de produção capitalista – que define os diferentes graus de privilegiamentos dos diferentes estratos sociais. Este modo de produção também determina os processos de concentração de riqueza, de prestígio social e de poder, bem como os mecanismos de mobilidade e mudanças sociais (FERNANDES, 1972).

particularmente econômica. A modernidade, grosso modo entendida enquanto a implantação do capitalismo no país e inaugurada com a Independência, não consegue romper completamente com o regime estamental, pois este se mostrou funcional à nascente organização econômica e social, por dar amparo à transformação dos “senhores rurais” numa aristocracia agrária, considerando a simbiose entre grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial (FERNANDES, 1968).

Fernandes (1968) entende que a explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico exige o entendimento de como as classes sociais se organizam e cooperam ou disputam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir o regime social de produção fundado na ordem social competitiva. Isto porque a superação da relação de dependência engendrada pela modernização depende do modo pelo qual as sociedades subdesenvolvidas respondem à absorção do capitalismo. A depender do tipo de reação, as estruturas coloniais serão ou não inteiramente suplantadas pela chamada ordem social competitiva emergente: se totalmente suplantadas, dá-se origem a economias auto-suficientes e economicamente autônomas, também denominadas desenvolvidas; se apenas parcialmente superadas, dá-se origem ao chamado capitalismo dependente, onde a ordem social competitiva irá interagir com as estruturas arcaizantes, originando economias polarizadas, heterogêneas e incapazes de espriar as forças modernizadoras para o conjunto da sociedade.

A partir do uso adaptado à realidade brasileira dos modelos de explicação macrosociológica das classes sociais de Weber, Marx e Durkeim, que analisaram a moderna sociedade de classes do Ocidente, Fernandes (1968) procede a explicação da sociedade de classes no Brasil. Sumariamente:

- ✓ de Weber, Fernandes (1968) pega emprestado a ampla definição de classe social, fundada na dicotomia “possuidores” versus “não-possuidores”, que permite um esquema interpretativo que compreende a relação de dependência tanto de fora quanto de dentro da sociedade subdesenvolvida, e fundamentalmente a chamada “dialética humanista”, utilizando-se da máxima de que o agente humano, colocado na polarização sócio-econômica dependente, encarrega-se de resguardar, manter e fortalecer os vínculos de heteronomia, ativamente ou por omissão;
- ✓ de Marx, faz uso da constatação de que a organização capitalista das relações de produção condiciona tanto a processos de estratificação social, que geram a moderna sociedade de classes, quanto a formação de um novo tipo de mercado, capaz de converter a apropriação privada dos meios de produção e a mercantilização do trabalho nas duas faces da mesma moeda¹³;
- ✓ finalmente, de Durkeim, Fernandes (1968) tira o embasamento para o entendimento e a caracterização das sociedades capitalistas subdesenvolvidas, que passam a ser entendidas não

¹³ Mas para entender as relações entre capitalismo e sociedade de classes sociais nas sociedades subdesenvolvidas, Florestan (1968) procede a adaptação a esta realização em três níveis, a saber: ao nível da teoria da acumulação

como uma redução patológica do tipo social do mundo desenvolvido, considerado em determinado estado de seu desenvolvimento, mas enquanto produto tardio, nascidas da desintegração de estruturas sociais formadas nos períodos iniciais da colonização, onde estruturas econômicas emergentes se acomodam às estruturas arcaicas preexistentes; a fraca integração da solidariedade moral ao nível nacional acaba sendo insuficiente para suportar comportamentos econômicos coletivos¹⁴.

Disto decorre que os modelos explicativos de Marx e Weber comportam a conclusão de que o subdesenvolvimento explica-se de forma objetiva pelas condições de dependência econômica, que por seu turno é gerada, condicionada e regulada a partir de fora, por vetores conjunturais e estruturais do mercado mundial; os três modelos suportam a conclusão de que as sociedades capitalistas subdesenvolvidas absorvem a ordem social competitiva observada nos países desenvolvidos, mas sob o amparo e o condicionamento de arranjos sociais, econômicos e políticos que refletem a polarização econômica e a herança colonial dessas sociedades¹⁵, donde a ruptura da condição de subdesenvolvimento apenas pode se desencadear a partir das forças sociais internas; permitem concluir, ademais, que o regime de classes, numa economia capitalista subdesenvolvida, possui como substrato material uma situação de mercado dependente e como suporte sociocultural os recursos de uma civilização nucleados no exterior (FERNANDES, 1968).

Fernandes (1968) sustenta que nas economias capitalistas subdesenvolvidas, e particularmente no Brasil, o regime de classes, como conexão desta modalidade de capitalismo, atua em duas direções simultâneas, a saber: na de organizar internamente os interesses sócio-econômicos que produzem as classes; e na de dar continuidade à exploração de “fora para dentro”.

Nesta perspectiva é que deve ser concebida a persistência de formas econômicas arcaicas, que se por um lado restringe o raio de atuação das estruturas modernas e atribui um caráter dual a estas economias, por outro se mostra absolutamente necessária para a estruturação e a existência de estruturas econômicas modernas. Isto porque a articulação de estruturas econômicas heterogêneas assume a função de calibrar o emprego dos fatores de produção segundo uma linha de rendimento máximo, super-explorando o fator de produção constantemente abundante, a saber, o trabalho. Logo, o setor arcaico acaba cumprindo as funções econômicas fundamentais para a articulação do sistema¹⁶, que se por um lado permitem o aparecimento e a sustentação de “zonas de

capitalista; ao da teoria da mercantilização do trabalho; e ao das contradições entre as forças produtivas e as formas de organização da produção capitalista.

¹⁴ É nesta perspectiva que o autor entende o subdesenvolvimento não enquanto uma simples cópia de algo maior ou uma mera fatalidade, mas enquanto produto de uma escolha aceita socialmente e que para ser superado depende de escolhas da mesma natureza. Daí a importância que o autor atribui à esfera política.

¹⁵ Diz Fernandes (1968, p.36) que “... a semelhança com o modelo original começa e termina naquilo que se poderia designar como a organização formal do sistema econômico.”

¹⁶ As funções apresentadas por Fernandes (1968) são as seguintes: a) servir de elo entre o mercado interno e externo na captação de excedente econômico; b) alimentar uma pequena porção do mercado interno (moderno) a partir de um alto poder de consumo; e c) servir de elo entre o setor arcaico e o moderno, transferindo direta ou indiretamente para este último o excedente econômico, que não pode ser reinvestido no primeiro, de modo produtivo, mantidas as condições de articulação do sistema econômico.

modernidade”¹⁷, por outro não conduzem à autonomização do processo de acumulação no setor moderno, que por seu turno acaba se mostrando incapaz de espraizar os benefícios resultantes para o conjunto da população¹⁸ e de romper com a dependência do excedente econômico obtido nos setores arcaicos a partir de super-exploração do trabalho, condição pouco modificada pelo processo de industrialização¹⁹ (FERNANDES, 1968).

No âmbito externo, a relação de dependência se traduz na transferência de excedente econômico para fora, reduzindo as economias subdesenvolvidas em meras economias de consumo, podando as possibilidades de autonomização em bases capitalistas. Tem-se, assim, uma economia duplamente articulada: no plano interno, a partir da dependência do setor moderno em relação ao atrasado; e no plano externo, da subordinação da economia nacional à economia mundial, a partir da transferência do excedente econômico, viabilizada pelo consumo de massa e pela modernização dos padrões de consumo²⁰.

Este panorama, de acordo com Fernandes (1968), permite situar como se constitui, funciona e evolui o regime de classes sob o capitalismo dependente. Valendo-se da distinção weberiana entre “possuidores de bens” e “não-possuidores de bens”, o autor realiza uma caracterização geral da sociedade brasileira.

Os “não possuidores de bens” dividem-se em duas categorias, a saber: 1) os assalariados e os que estão em vias de proletarização ou se proletarizaram; e 2) os que estão imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico, seja no campo, seja nas cidades. Importante destacar que o segundo conjunto compreende a parcela da população marginalizada, não se caracterizando enquanto um “exército industrial de reserva”, vez que composta por agentes que não possuem os requisitos exigidos pela ordem social competitiva. Quanto à graduação social, pode-se distinguir este grupo entre classe baixa urbana, compreendendo assalariados com baixo rendimento, e classe dependente urbana, que diz respeito ao setor indigente e flutuante das grandes cidades. Já quanto às zonas rurais, de acordo com o autor, mostra-se dificultosa a escolha de um termo aceitável, pois o Brasil não chegou a conhecer um campesinato propriamente dito.

Já os “possuidores de bens”, no Brasil são representados como classes altas, ricas e poderosas. Este conjunto pode ser dividido entre classe alta urbana, classe alta rural e classe média urbana,

¹⁷ Categoria estranha à obra de Fernandes (1968), mas que acreditamos retratar de forma adequada o caráter dual e heterogêneo das economias capitalistas subdesenvolvidas.

¹⁸ Esta impossibilidade do setor moderno de impor a transformação ou a eliminação do setor arcaico decorre de dois conjuntos de fatores, a saber: de um lado, as formas de produção não desembocaram, de igual modo, na mercantilização da força de trabalho; de outro, nem todas as situações e processos econômicos se incorporaram e foram controlados por forças internas, segundo o autor a partir do “núcleo legal e institucionalizado da economia nacional”.

¹⁹ Vez que altamente concentrado e que, ao cabo, provocou um processo de intensificação da transferência de renda e de controles econômicos do setor atrasado para o setor moderno, localizado no meio urbano (Fernandes, 1968, p.66-67).

²⁰ Aqui, a idéia de modernização dos padrões de consumo, desenvolvida de forma marcante por Furtado (2000), encontra-se bastante presente em Fernandes (1968). Isto porque ao internalizar os padrões de consumo e os estilos de vida das economias avançadas, as economias subdesenvolvidas são transformadas em simples espaços de consumo, não se constituindo em centros de produção e inovação, situação que perpetua a sua condição heteronômica.

sendo que as duas primeiras vinculam-se solidariamente como uma burguesia. De acordo com Fernandes (1968), a classe alta urbana é formada por industriais, banqueiros, grandes comerciantes, profissionais especializados em serviços administrativos ou de elevada qualificação; a classe média urbana compõe-se de dois estratos, um tradicional, formado por profissionais liberais, professores, jornalistas, operários altamente qualificados, entre outros ofícios da mesma categoria, e um moderno, originado notadamente do alto escalão das grandes empresas, que acabam dispendo de meios para valorizar as suas ocupações em decorrência das posições estratégicas que ocupam na expansão do setor moderno; e finalmente a alta classe rural, uma combinação classe-estamento, envolvendo grupos de interesses relativamente heterogêneos, como o grande e médio proprietário, o padre, o juiz de direito, o pequeno industrial, assalariados de alto escalão descendentes de famílias tradicionais, etc.

O que vale destacar é que os “possuidores de bens”, no sistema econômico caracterizado, possuem idênticos interesses de classe e a mesma situação de classe²¹, enquanto os “não possuidores de bens” são distribuídos por categorias distintas, sendo que uma parte, no Brasil a maior dela, não chega a ter interesse de classe e situação de classe, enquanto outra parte, inserida no setor moderno, possui as duas condições, valorizando-se pela força de trabalho como mercadoria.

Neste espectro, Fernandes (1968) entende que apenas as classes altas contaram, contam e continuarão a contar com condições para tomar consciência clara de seus interesses de classe e de sua situação de classe. No entanto, a dependência externa atua no sentido de obstaculizar o processo de conscientização das classes altas, eternizando a situação de dependência e de dualidade estrutural. Nas palavras de Fernandes (1968, p.74), as classes altas:

[...] são vítimas da ilusão da autonomia nacional ao nível político, ao mesmo tempo em que não podem livrar-se das formas de associação dependente com os agentes e os interesses econômicos dos núcleos hegemônicos externos. Daí resulta uma situação ambivalente no plano estrutural da junção da ordem econômica vigente com a ordem social de classes. A existência de um Estado nacional independente e a parte tomada por essas classes, com real autonomia, na condução da vida política interna, levam-nas a identificarem-se com os símbolos econômicos, políticos e sociais de soberania nacional e do liberalismo econômico.

Os “donos do poder” acabam, assim, negando-se enquanto classe social, à medida que se sintonizam com símbolos, valores e políticas que não atendem aos seus reais interesses de classe, a não ser sob uma perspectiva imediatista de obtenção de vantagens econômicas. Este fenômeno é potencializado pela simbiose entre capital estrangeiro e capital nacional, processo que conduz a uma diluição das contradições nas polarizações ideológicas e utópicas da situação de classe dominante.

Quanto às demais classes, dois movimentos mostram-se evidentes, a saber: 1) as formas de consciência e de atuação das classes médias são condicionadas pela associação com os “interesses

²¹ De acordo com Fernandes (1968), o **interesse de classe** diz respeito às condições estruturais e funcionais da ordem econômica que garantem a continuidade da posição ocupada e das vantagens dela decorrentes. Já a **situação de classe** é definida a partir do grau de homogeneidade assegurado socialmente pela ordem econômica à fruição (ou ausência dela) de interesse de classe análogos. Para o autor, a **classe social** ampara-se sobre os interesses de classe e as situações de classe, mas caracterizando-se sobretudo enquanto grupo social, sujeito a variações segundo a intensidade

do capital” (nacional ou estrangeiro), convertendo-se nas puritanas do capitalismo dependente; e 2) a classe baixa urbana não se converte no equivalente de algo como a vanguarda consciente do proletariado. A classe urbana dependente apresenta-se altamente desorganizada, e como o campesinato, mostra-se excluída parcial ou totalmente dos mecanismos normais que poderiam valorizar seu destino social, por meio das relações de produção e do mercado.

Neste contexto, o elemento de tensão da ordem social vigente acaba sendo a intensidade do crescimento econômico, relegando-se os motivos específicos de afirmação operária ou de luta de classes. Isto porque ao possibilitar mobilidade, enquanto houver expansão da produção não haverá ruptura da ordem social. Por isso que para Florestan (1968), o crescimento econômico constitui um tipo de “revolução dentro da ordem”. Apenas a interferência drástica na sua continuidade pode substituir a “revolução dentro da ordem” por outros tipos de comportamento inconformista e por soluções verdadeiramente revolucionárias²². De modo que em termos estruturais, o desenvolvimento econômico, como “revolução social”, constitui uma fórmula conservadora, cuja interrupção coloca em risco o prosseguimento do modo de produção capitalista. Ao se traduzir em instrumento de mobilidade social, o crescimento econômico atua no sentido de enfraquecer a consciência de classe, especialmente dos trabalhadores do setor moderno, cujos interesses são dissociados dos interesses dos trabalhadores do setor arcaico²³ (FERNANDES, 1968; 1972).

Portanto, a revolução dentro da ordem revela um efeito contraditório, pois se por um lado permite a manutenção de privilégios para uma pequena parcela da sociedade e de iniquidades sociais extravagantes, por outro faz com que as elites acabem se abdicando de suas aspirações de autonomia nacional, que pode inclusive colocar as suas vantagens econômicas sob risco, dado que a referida estratégia mostra-se intertemporalmente insustentável, condição obscurecida pelo conjunto de símbolos com os quais os donos do poder se identificam.

A integração das classes desfavorecidas, mediante a generalização da modernidade no espaço nacional, exigiria um progresso econômico formidável que permitisse absorver os “condenados do sistema” ao setor moderno, condição que extrapola a própria condição de capitalismo dependente. A esta parcela da população resta apenas a auto-negação, que se apresenta sob a forma de processos migratórios, penetração no mundo urbano, etc. No mais, tal contingente acaba se mostrando altamente funcional à manutenção da (des)ordem estabelecida, uma vez que a apropriação capitalista ocorre pela super-exploração do trabalho e exclusão da massa despossuída da

dos contratos sociais, a formação de padrões de vida e de aspirações sociais comuns, laços de solidariedade moral, etc.

²² Cumpre destacar, no entanto, que a interrupção do crescimento nos últimos 25 anos não desembocou em “soluções revolucionárias”. Mostra-se oportuno, portanto, investigar as razões deste fenômeno e discutir em que medida os programas de assistência social atuaram no sentido de reter comportamentos inconformistas por parte da sociedade, bem como a possibilidade de manutenção desta estratégia num quadro de crescente endividamento do setor público.

²³ Assim, as pressões contra as desigualdades produzidas por esta estrutura econômica, sofrem um amortecimento na própria estrutura (FERNANDES, 1972).

participação sócio-econômica, condições básicas para a acumulação de capital e repartição do excedente nacional com os setores dominantes internos e externos (FERNANDES, 1968; 1972).

De modo que no contexto conformado pelo capitalismo dependente²⁴, o regime de classes deixa de exercer as suas funções construtivas, como a de possibilitar um mínimo de homogeneidade e de igualdade aos indivíduos no processo de valorização via mercado, suporte sob o qual se poderia construir uma estratificação social de fundamentos estritamente econômicos. Ao invés disso, o regime de classes acaba se prestando à perpetuação da polarização estrutural dessas economias, donde de acordo com Fernandes (1968, p.83-84) cabe a elite apenas:

[...] resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele devesse ser natural, eterno e sagrado. Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde se tornar conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, uma dimensão peculiar. **Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida.** [grifo nosso]

Após mapear sociologicamente a sociedade de classes no mundo subdesenvolvido, Fernandes (1968) passa a discutir o destino desta sociedade, a partir da investigação de três problemas distintos, que têm como personagem principal a burguesia dessa sociedade, ou simplesmente as classes altas, pois para o autor somente as elites desempenham uma atuação efetiva na sociedade, construindo a história que os outros vivem. Onde a incapacidade de mobilização das classes subalternas provém fundamentalmente da “imposição do sistema” e da vinculação destas classes com a continuidade da ordem, diante da impossibilidade de mudança social e das perspectivas de buscar soluções individualizadas de ascensão social²⁵ (FERNANDES, 1968; 1972).

O primeiro problema diz respeito ao que o autor chama de “grau de consistência propriamente capitalista do comportamento econômico”. Numa economia capitalista subdesenvolvida, o processo de tomada de decisão é altamente dificultado pelos fatores externos ao campo de atuação do empresário, os quais são ditados pela dinâmica do mercado internacional e de suas variações conjunturais e de longo prazo. Neste ambiente, diz Fernandes (1968), “negócio” e “aventura especulativa” andam sempre mais ou menos juntos, sendo a política empresarial afetada pela imprevisão e pela improvisação.

²⁴ Mercado pela polarização e geração de excedente para as economias avançadas, além de suportar uma herança colonial que deu movimento a um processo de acumulação sob bases capitalistas pouco racionalizado e dinâmico, exaltando as formas de concentração de renda e status.

²⁵ De acordo com Fernandes (1972, p.84), “a ordem social competitiva funda-se de tal maneira em desigualdades extremas e nas barreiras que permitem mantê-las, ao mesmo tempo, em crescimento paralelo com a expansão gradual do regime de classes, que ela se anula como ponto de partida de transformação social do *status quo*. Ela não confere ao despossuído, ao pobre, ao operário potencialidades para contrabalançar as influências exorbitantes das classes altas e médias ou para desencadear movimentos sociais suscetíveis de conduzir ao controle da dependência e do subdesenvolvimento dentro do capitalismo.”

Isto significa que nestas economias há um forte componente de incerteza²⁶. Neste tipo de ambiente, mostra-se dificultoso estabelecer a lógica do comportamento econômico capitalista. O agente econômico irá operar dentro do que o autor chama de “circuito de indeterminação”, onde o cálculo econômico capitalista se prestará à superação deste circuito. Todavia, apenas agentes de grande porte conseguem superar o referido circuito, notadamente as grandes empresas estrangeiras, as grandes estatais e as grandes empresas de capital misto (privado nacional e estrangeiro), o que aguça a desigualdade de oportunidades e reprime, quando não neutraliza, o espírito empreendedor dos agentes menos favorecidos.

Assim, o imediatismo e a especulação imoderada passam a ser componentes elementares ao êxito econômico. Os componentes não controláveis que atribuem insegurança aos negócios são contrapesados pela super-exploração dos fatores controláveis, passando o trabalho a ser submetido a formas marginais de exploração, de sorte a garantir o acesso das classes privilegiadas nacionais aos padrões de consumo das economias centrais (FERNANDES, 1968; 1972).

Sob capitalismo dependente, portanto, a energia da burguesia acaba sendo drenada para a sobrevivência econômica, que contraditoriamente atua no sentido de aguçar a situação de dependência, já que boa parte do excedente econômico é destinado às economias centrais. De acordo com Fernandes (1968, p.90-91):

A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica. Apenas incidentalmente transcende esse plano, projetando-se historicamente como uma classe que domina e modifica a estrutura ou o curso dos processos econômicos. Na verdade, seus interesses univocamente econômicos definem-se segundo esquemas tão emaranhados, instáveis e incertos que o chamado ‘egoísmo de classe’ se alimenta de puras contingências econômicas e só se transfigura em política sob pressão de imperativos de autodefesa num plano imediatista e mais ou menos estreito. **Assim, a economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe.** Ela possui poder para resguardar sua posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente noutras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que a escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos.²⁷ [grifo nosso]

O segundo problema se refere ao modo pelo qual os interesses econômicos, no capitalismo dependente, dinamizam comportamentos de classe típicos, uma vez que a sociedade capitalista subdesenvolvida é incapaz de gerar e impor mecanismos exclusivamente capitalistas de controle

²⁶ Condição análoga ao que Sampaio Jr. (1997), à luz da obra de Prado Jr. (2000), chamou de “incerteza estrutural”, categoria sociológica estranha tanto para o último autor, quanto para Florestan (1968), mas que sintetiza a condição observada em tais sistemas.

²⁷ Em relação aos mecanismos de autodefesa utilizados pelos “donos do poder”, é interessante ressaltar a observação que o autor faz, também em nota de rodapé, acerca da “política de defesa do café” operada quando da crise de 1929 pelo governo brasileiro. Diz o autor que nas fases de prosperidade, o ajustamento econômico se dá sob a forma de apropriação individual do excedente econômico, onde o agente atua segundo a imagem do livre-empresário clássico, enquanto nas fases de depressão, transferem-se os riscos e os ônus da atividade econômica para a coletividade, a partir do processo de socialização de prejuízos privados (FERNANDES, 1968). Na história contemporânea brasileira em diversos momentos. Destacam-se 1995 e 1999, quando do socorro aos bancos privados (Proer) com dificuldades de liquidez e do oferecimento de *hedge* para detentores de títulos de dívida pública antes da maxidesvalorização cambial, respectivamente. Interessante notar, ainda e ao cabo do crescente processo de financeirização da riqueza, que tais políticas, antes direcionadas ao lado real da economia, passam a ser direcionadas cada vez mais ao lado monetário e financeiro.

econômico, reflexo da dependência externa e interna (setor arcaico). Isso implica uma margem de insegurança crônica, pois os agentes não contam com condições para, a partir de bases econômicas, determinar os limites de sua autonomia real, situação que os tornam incapazes de controlar todos os processos econômicos incorporados à ordem econômica operante.

Esta situação acaba dilapidando o elemento dinâmico fundamental da condição burguesa, alicerçado na propriedade privada, na acumulação capitalista e no trabalho assalariado. Para desfrutar das vantagens do capitalismo, a burguesia acaba se defrontando com um dilema: ou se apega aos seus fundamentos jurídico-políticos, ou desenvolve as suas forças econômicas. Isso implica ações e obrigações sociais que minimizam a capacidade de diferenciação e de vitalidade do próprio crescimento econômico (FERNANDES, 1968; 1972).

Inexiste, assim, um contrato social no sentido de contemplar tanto as classes possuidoras de bens, quanto as não-possuidoras. O que existe é um contrato entre os ‘donos do poder’, que se por um lado permite a acumulação, por outro, por exigir a articulação entre o moderno e o atrasado, acaba restringindo o poder de competição e não permitindo o conflito ocasionado por interesses econômicos divergentes dentro da própria classe. Encrava-se, pois, a polaridade estrutural destas economias. No plano político, isso se traduz na inexistência de um projeto coletivo de poder, que atue no sentido de impedir o “grande salto capitalista” e, ao cabo, a utilização esclarecida e audaciosa do Estado para o alcance deste objetivo. Ao invés disso, o Estado é utilizado como instrumento de defesa e suporte para as classes privilegiadas, visando garantir maior estabilidade através de mecanismos de transferências de renda dentro do ambiente de instabilidade das economias dependentes que se prestem a reprimir as contestações das classes subalternas (FERNANDES, 1968; 1972).

De acordo com Fernandes (1968, p.95):

[...] há um hiato nos comportamentos de classe da burguesia das sociedades capitalistas dependentes. Tudo se passa como se o capitalismo fosse aceito segmentarmente, como *forma econômica*, e repudiado como um estilo de vida, isto é, em suas *formas jurídico-políticas e societárias*... Privado de suas formas sociais e jurídico-políticas, o capitalismo foi despojado de qualquer impulso dinâmico construtivo e revolucionário. Ele deixou de orientar aspirações básicas comuns, e os que encarnaram socialmente uma vontade histórica identificada com seus valores limitaram-se a definir estes valores no plano econômico e segundo os interesses restritos de uma classe.

O terceiro problema diz respeito ao fato de se as elites das sociedades capitalistas subdesenvolvidas podem ou não realizar a revolução burguesa. Sob contexto de uma burguesia egoísta e provinciana, as elites acabam não concretizando nem seus interesses de classe, nem os interesses da nação, afirmando-se enquanto classe apenas no plano econômico, condição que é simbolizada pela articulação entre o setor arcaico e o setor moderno, que revela a incapacidade desta mesma burguesia romper com o passado e eliminar os vínculos de subordinação no âmbito internacional. Conseqüentemente, por um lado, a ordem social competitiva constituída pela

burguesia sob capitalismo dependente não é capaz de liderar a modernização econômica e promover a integração nacional, enquanto por outro, os dinamismos internos e externos fazem com que a estrutura econômica intensifique a associação dependente, a concentração de renda, a superexploração, os privilégios e a dominação das elites internas e externas (FERNANDES, 1968; 1972).

Diferentemente da modernidade do modelo de revolução burguesa dos países centrais, onde a burguesia busca a superação da dependência e a eliminação das estruturas pré-capitalistas, sob capitalismo dependente a ordem social competitiva é estabelecida por uma burguesia que é incapaz de realizar a revolução nacional democrática e promover a integração nacional. Por outro lado, a burguesia é capaz de impor seus interesses à sociedade, de modo a compensar as instabilidades inerentes às condições de dependência. Esta situação viabiliza a acumulação de capital, ao mesmo tempo em que ratifica a dependência, amplia a heterogeneidade social e impede um padrão de desenvolvimento autônomo, reproduzindo o subdesenvolvimento (FERNANDES, 1972).

Assim, diz Fernandes (1968, p.103), *“como conexão do capitalismo dependente, o regime de classes acaba sendo a forma social do próprio capitalismo dependente. Nessa manifestação típica, ele associa cronicamente capitalismo e subdesenvolvimento.”*

4 Conclusão

A obra de Florestan Fernandes é altamente contributiva para a interpretação do Brasil, notadamente sob um prisma político, econômico e, sobretudo, sociológico. Sua inovação transcende a adaptação de fenômenos observados no capitalismo avançado à realidade dos países da periferia e, particularmente, do Brasil. Ao proceder tais adaptações, o autor consegue captar especificidades importantes de cunho não apenas sociológico, mas também econômico, político, cultural e psicossocial dos países subdesenvolvidos, os constrangimentos daí resultantes, bem como as alternativas para a sua superação.

A análise da Revolução Burguesa no Brasil revela a influência do passado colonial na formação da sociedade brasileira; o descompasso histórico entre as transformações internas e as imposições da economia mundial, que implica um processo de sobreposição de estruturas políticas, econômicas e institucionais inacabadas; os constrangimentos impostos a uma economia duplamente articulada, com o setor externo e o setor arcaico interno, indicando o caráter heteronômico da economia nacional; a falta de interesse político, mais do que incapacidade, das elites locais transbordarem os benefícios da ordem social competitiva para o conjunto da população, sob a forma de equalização de oportunidades e redistribuição de renda e poder; o caráter híbrido, heterogêneo e polarizado de uma economia subdesenvolvida, donde a simbiose entre o arcaico e o moderno irrompe o plano econômico e irá determinar o perfil do político tradicionalista brasileiro²⁸; a possessão do Estado por uma elite particularista e classista, que não transcende do individual para o

coletivo e que tem por finalidade definir e perpetuar os ganhadores (poucos) e perdedores (a maioria) na sociedade; o caráter contraditório, dialético, das relações sociais, econômicas e políticas engendradas pela condição de capitalismo dependente, que colocou às claras os verdadeiros “donos do poder” em 1964: quando a “revolução dentro da ordem”, por ter permitido um grau mínimo de mobilidade social, apontou na direção de articular as diferentes classes em prol de um interesse comum, as forças conservadoras logo trabalharam no sentido de tolher o movimento, sob a forma de opressão, violência e impondo o exercício autocrático e armado do poder; entre outros inúmeros processos e fenômenos que evidenciam o caráter específico do capitalismo dependente.

Neste contexto, conforme apontado, a estruturação da sociedade de classes se mostra problematizada. Fazendo uso da distinção weberiana de “possuidores de bens” e “não-possuidores de bens”, Florestan realizou um mapeamento das classes sociais no Brasil e colocou em evidência que enquanto os primeiros possuem idênticos interesses de classe e a mesma situação de classe, os segundos apresentam-se absolutamente desarticulados e, conseqüentemente, são transformados em massa de manobra e de extração de excedente econômico sob uma linha de rendimento máximo, vetores que se por um lado atendem os interesses de curto prazo das elites, por outro concorrem na direção de aprofundar o grau de satelização da economia nacional.

Nessa perspectiva, o autor conclui que apenas as classes altas contaram, contam e continuarão a contar com condições para tomarem decisões que afetem o conjunto da população, ou seja, são elas que fazem a história. Revela, ainda e ao cabo, que ao empenharem um comportamento imediatista e se identificarem com símbolos, valores e políticas que não atendem os seus reais interesses de classe, os “donos do poder” acabam se negando enquanto classe social. Assim, sob a situação de capitalismo dependente, o regime de classes além de não exercer as suas funções construtivas, como a de possibilitar um mínimo de homogeneidade e de igualdade aos indivíduos no processo de valorização via mercado, suporte sob o qual se pode construir uma estratificação social de fundamentos estritamente econômicos, acaba se prestando à perpetuação da polarização estrutural dessas economias, bem como do aprofundamento de sua dependência externa.

O autor sugere que a interrupção do crescimento econômico poderia atuar no sentido de detonar comportamentos do tipo inconformista e soluções verdadeiramente revolucionárias (contra a ordem). Todavia, cumpre realizar um contraponto: a interrupção do crescimento econômico no Brasil nos últimos 25 anos não tem se traduzido em comportamentos coletivos inconformistas, ao menos numa dimensão significativa e a partir de impactos de relevo. Em que medida isso se apresenta como resultado de expedientes utilizados pelas elites e instrumentalizados pelo Estado (que as representa) para amenizar as pressões vindas dos estratos inferiores da sociedade, como programas assistenciais, a utilização da mídia enquanto vetor de alienação social, entre outros mecanismos de controle social, coloca-se enquanto objeto sugestivo para estudos futuros.

²⁸ Ver Fernandes (1996).

Um balanço geral permite aferir que as contribuições de Florestan Fernandes se apresentam altamente funcionais à interpretação de fenômenos contemporâneos. Constrangimentos externos à retomada do crescimento sustentado, fruto da subordinação da economia brasileira à mundial, bem como o entendimento da “democracia burguesa” enquanto instrumento de manejo dos interesses de uma pequena minoria efetivamente inserida na ordem social competitiva, colocam-se enquanto suportes indispensáveis para entender o crescente processo de desarticulação social observado no país nos últimos anos, bem como a operação do Estado movida por interesses particularistas que têm como principal condicionante o benefício próprio e de uma pequena fatia da população, fenômeno que culmina com a “disputa pelo poder” ao invés da “disputa por modelo de desenvolvimento”.

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Florestan Fernandes e a idéia de revolução burguesa no pensamento marxista brasileiro. **Revista Espaço Acadêmico**, ano V, n.52, set.2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/052/52ff_almeida.htm> Acesso em 01.11.2005.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Arremate de uma reflexão: a Revolução Burguesa no Brasil de Florestan Fernandes. **Revista USP** - dossiê Florestan Fernandes, São Paulo, n. 29, mar.-mai. 1996, p. 56-65.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. O ardil dos políticos. **Revista USP** - dossiê Florestan Fernandes, São Paulo, n. 29, mar.-mai. 1996, p. 86-89.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

IANNI, Octávio. A sociologia de Florestan Fernandes. **Revista USP** - dossiê Florestan Fernandes, São Paulo, n. 29, mar.-mai. 1996, p. 26-33.

MARTINS, Vida e história na sociologia de Florestan Fernandes. **Revista USP** - dossiê Florestan Fernandes, São Paulo, n. 29, mar.-mai. 1996, p. 14-19.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 27ª ed. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: uma leitura de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. 1997. 297 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.